



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA



TERMO DE REFERÊNCIA

Elaboração e Gestão do Plano de Contratações Anual

I – Objeto

O objeto do presente Termo de Referência consiste na Contratação de licenças de acesso a sistema de tecnologia da informação e comunicação como suporte para a elaboração e controle da execução do Plano de Contratações Anual de que trata a Lei nº 14.133, de 2021, pelo período de 1 (um) ano, prorrogável nos termos legais, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Planejamento do Município, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas, conforme abaixo se especifica.

II – Fundamentação da contratação

Considerando o início da vigência da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei nº 14.133/2021, que traz a necessidade de compatibilização entre a fase preparatória da Licitação com o Plano de Contratações Anual, dispoendo em seu art. 12 que:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Conforme Documento de Formalização de Demanda-DFD e Estudo Técnico Preliminar-ETP apensado a estes autos. A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no art. 74, inciso I, da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, conforme diploma legal citado adiante.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

III – Descrição da solução

Contratação de licenças de acesso ao Sistema GovPlan, com os seguintes requisitos:



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA



ASPECTOS GERAIS

- a. 04 licenças de acesso simultâneo;
- b. Período de contratação: 1 (um) ano, prorrogável nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

FUNCIONALIDADES REFERENTES À ELABORAÇÃO DO PCA

- a. Possibilitar ao requisitante listar suas demandas, em documento de formalização de demanda (DFD) estruturado, com metadados próprios a esta etapa;
- b. Listar as demandas de que trata a alínea “a” com base no histórico de contratações, de forma a otimizar a prospecção;
- c. Possibilitar a elaboração de DFDs com base em itens de materiais e de serviços integrados ao catálogo;
- d. Possibilitar a elaboração de DFDs com base em itens de materiais e de serviços ainda não constante de catálogo;
- e. Associar preços estimados aos DFDs;
- f. Na hipótese de itens importados à base de dados a partir do histórico de contratações, associar preços com fulcro no valor contratado, atualizados via índices de mercado;
- g. Gerar e disponibilizar o calendário de contratações, de forma otimizada.

FUNCIONALIDADES REFERENTES À PUBLICAÇÃO DO PCA

- a. Geração de relatório, com *link web*, para disponibilização em sítio eletrônico oficial;
- b. Interligação com o Portal Nacional de Contratações Públicas;
- c. Publicação automática, após atualização.

FUNCIONALIDADES REFERENTES À EXECUÇÃO DO PCA

- a. Possibilidade de alteração do PCA, durante a execução do plano;
- b. Atualização do calendário de contratação;
- c. Controle do fluxo processual, com seus reflexos no calendário de contratação;



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA



- d. Recursos de acompanhamento de prazos;

IV – Requisitos adicionais

Como requisitos adicionais, arrolam-se as funcionalidades referentes ao atendimento e ao suporte técnico, bem como a absorção, no contrato, das manutenções evolutivas.

FUNCIONALIDADES REFERENTES AO ATENDIMENTO E SUPORTE TÉCNICO

- Disponibilização de canais de atendimento, via web e telefone, com funcionamento entre 09h às 17h, em dias úteis;
- Plano de manutenção corretiva demandada deve ser apresentado em até 48 horas após a abertura do chamado;
- SLA de atendimento telefônico: mínimo de 90% das ligações atendidas em até 5 minutos;
- SLA de canal web: mínimo de 90% das mensagens respondidas com encaminhamento claro em até 8 horas úteis após a abertura do chamado.

O descumprimento do SLA de atendimento, medido mensalmente, implica sanções, de acordo com a seguinte tabela:

SLA de atendimento	Multa
Igual ou superior a 90%	-
Igual ou superior a 80% e inferior a 90%	2,0% do valor do contrato, por mês de ocorrência
Igual ou superior a 70% e inferior a 80%	3,0% do valor do contrato, por mês de ocorrência
Abaixo de 70%	4,0% do valor do contrato, por mês de ocorrência

As multas, conforme tabela acima, deverão ser somadas em caso de descumprimento simultâneo de SLA telefônico e de canal web.

MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E EVOLUTIVAS



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA



As manutenções programadas não deverão obstaculizar o funcionamento da ferramenta, em dias úteis.

As versões e as funcionalidades evolutivas do GovPlan deverão ser disponibilizadas, sem ônus adicionais ao contrato firmado.

V – Quantidade de licenças para acesso simultâneo

Contratação de licenças de acesso a sistema de tecnologia da informação e comunicação como suporte para a elaboração e controle da execução do Plano de Contratações Anual de que trata a Lei nº 14.133, de 2021, pelo período de 1 (um) ano licenças, que possibilitem 03(três) acessos simultâneos.

VI – Justificativa do quantitativo

Conforme Título III do Estudo Técnico Preliminar, apensado a estes autos. A escolha do preço ofertado foi baseada na análise dos valores praticados no mercado e em contratações similares realizadas por outros entes públicos. Essa análise foi feita conforme as notas fiscais em anexo, que detalham quantidade de usuário, valor unitário e valor total.

VII – Previsão da disponibilização

O acesso ao sistema, em todos os perfis, deve ser disponibilizado em até 1 (um) dia útil após a contratação;

Deverá ser informado à contratada os agentes que deverão ter acesso, como condição para que o prazo em tela seja computado.

A mora implica a multa de 0,5% do valor da avença, por dia corrido de atraso, até o limite de 30%.



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA



VIII – Modelo de execução do objeto

Após a disponibilização das licenças, o Sistema GovPlan deverá se apresentar integralmente funcional durante toda a vigência contratual. O SLA de disponibilidade é de, no mínimo, 95% do tempo útil mensal.

O descumprimento do SLA de disponibilidade, medido mensalmente, implica sanções, de acordo com a seguinte tabela:

SLA de disponibilidade	Multa
Igual ou superior a 95%	-
Igual ou superior a 85% e inferior a 95%	2,0% do valor do contrato, por mês de ocorrência
Igual ou superior a 75% e inferior a 85%	3,0% do valor do contrato, por mês de ocorrência
Abaixo de 75%	4,0% do valor do contrato, por mês de ocorrência

IX – Critério de medição e pagamento

O contrato dá-se em modalidade de assinatura, havendo a eventual instrução de multas na hipótese de descumprimento de SLA de atendimento e de disponibilidade, observado o contraditório e a ampla defesa.

X – Seleção do fornecedor

Contratação da empresa GovPlan Sistemas Inteligentes Ltda., com fulcro em inexigibilidade de licitação, haja vista a exposição de motivos consignada no Estudo Técnico Preliminar, tomada em conjunto com os atestados de exclusividade art. 74, inciso I.

XI – Valor da contratação

O valor da presente contratação, para o período de 1 (um) ano, é de R\$ 19.789,00 (Dezenove mil e Setecentos e oitenta e nove reais).



República Federativa do Brasil
Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA



PRODUTO	USUARIOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
MUNÍCIPIO DE ITAITUBA LICENÇA DE USO DA PLATAFORMA	04	R\$ 6.596,33	R\$26.385,33

XII – Disponibilidade orçamentária da contratação

De acordo com os recursos do presente exercício, na dotação abaixo discriminada:

A despesa será consignada à seguinte dotação orçamentária: Exercício 2025, Atividade 04.121.0031.2.155 – Coordenadoria Municipal de Convênios e Projetos, Classificação econômica 3.3.90.40.00 – Serv. Tecnologia informação/PJ- pessoa jurídica.

RONISON AGUIAR HOLANDA
Agente de Contratação